



Exm^a Senhora

Presidente da Anacom

obrigacoes.tdt@anacom.pt

Av^a José Malhoa, 12

1099-017 LISBOA

Data: 05 de Julho de 2014

N. Ref^a : PARC-000268-2014

Assunto: Obrigações de cobertura terrestre no âmbito da TDT.

Na sequência do solicitado, junto enviamos os nossos comentários, mantendo-nos ao dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais,

Com os meus melhores cumprimentos,

O Secretário-Geral

(Jorge Morgado)

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública / Contribuinte e Registado na C.R.C. Lisboa com o n.º 500 927 693

decolx@deco.pt - www.deco.proteste.pt

Rua Artilharia 1, 79 - 4º — 1269-160 Lisboa - Tel.: 21 371 02 00 - Fax 21 371 02 99

I – Introdução:

Visa o presente projeto de decisão colmatar uma lacuna de base em todo o processo de implementação da Televisão Digital Terrestre (TDT) em Portugal: a definição de critérios e métricas, que permitam avaliar a cobertura terrestre e qualidade de serviço.

Saúda-se portanto esta decisão do regulador, seis anos volvidos após a atribuição do Direito de Utilização de Frequências, à Portugal Telecom (PTC), quatro anos passados o início das emissões e dois anos após o *switch off* definitivo do sinal analógico.

Com efeito, é finalmente reconhecido que:

- Não existe qualquer margem de erro associada a uma variável probabilística aleatória, como o é a cobertura TDT por meios terrestres. O que, e como bem afirma o regulador “(...) do ponto de vista técnico não se considera razoável a inexistência de uma margem de erro.”, e que subscrevemos. Este facto impede, ou limita, que uma autoridade eminentemente técnica como o ICP-ANACOM, possa avaliar se as obrigações de cobertura estão, ou estavam a ser cumpridas nos prazos determinados no processo de transição para a TDT;
- Não existem atualmente critérios mínimos estabelecidos para que se possa aferir a qualidade do serviço TDT via terrestre, na ótica do utilizador. Só após a deliberação de 16 de maio de 2013, impôs o regulador à PTC a obrigatoriedade de informação sobre “Identificação detalhada da cobertura..., devendo ser identificados os pressupostos utilizados, nomeadamente, aqueles que determinam o nível de cobertura apresentando tais como o nível C/I e as características assumidas na instalação de receção...”. Os critérios atualmente existentes (vide DUF TDT ICP-ANACOM nº6/2008, capítulo III, ponto 12 alínea

d), são aplicáveis somente a centros emissores e rede de distribuição, o que não é equivalente à (qualidade) da receção por parte dos consumidores;

- Nesse sentido, é no nosso entender, grave, que tenha sido atribuída uma licença de utilização, sem que o operador tenha em concurso publico alguma vez indicado quais os pressupostos que iria seguir para considerar a condição de cobertura de sinal por via terrestre. Ou seja comprometeu-se com taxas de cobertura terrestre, sem nunca ter explicitado, ou ter sido solicitado a explicitar, o que se entendia por “cobertura”. Sem esta definição, tornavam-se irrelevantes as taxas de cobertura mínimas definidas na DUF, visto que o operador poderia indicar que determinadas zonas estavam cobertas, sem que os critérios, definidos agora como necessários, estivessem garantidos. É caso para perguntar qual é, afinal, o mapa de cobertura real e atual onde está disponível um sinal com intensidade, qualidade e estabilidade?

II - Comentário à análise e posição do ICP-ANACOM (que sustenta a deliberação)

a. Determinação das obrigações de cobertura terrestre

Nada temos a apontar à definição de unidade administrativa de referência (concelho), dados os constrangimentos e falta de operacionalidade de outra opção apontada (freguesia).

No entanto, não podemos deixar de assinalar que, uma vez mais os critérios economicistas se sobrepõem aos interesses dos utilizadores, que fruto da reduzida população e baixa densidade populacional dos seus concelhos se vêm arredados da possibilidade de optar por uma cobertura terrestre (com inerentes custos financeiros e burocráticos acrescidos ao optar pela solução alternativa de acesso via DTH). É revelador quando se toma por adequado, a existência de concelhos com cobertura terrestre inferior a 40%, e mesmo 20%.

Somos de questionar, portanto, como foram estabelecidos estes valores. Caso se trate de uma mera transposição da situação “oficial” atualmente existente, lamentamos que não se aproveite a oportunidade para reforçar o nível de cobertura nessas zonas mais deficitárias, em particular nos concelhos de menor dimensão populacional, pois não encontramos conforto nos valores apresentados pelas mesmas razões invocadas pelo regulador, simultaneidade entre regiões com baixa cobertura e população diminuta.

Complementarmente, muito embora não dispondo de informação completa sobre o número de kits DTH por concelho, mas conhecendo o que já tem sido publicamente anunciado, que os recursos financeiros alocados a este tipo de instalações por parte do incumbente se encontram amplamente sub aproveitados, sugerimos que se realizem ações focadas nos concelhos com menor taxa de cobertura no sentido de minorar as assimetrias nacionais amplamente visíveis no anexo 1 do presente documento.

b. Margem estatística do erro

Margem de erro nada a apontar no conceito e na forma como que está seccionada por valor de população residente.

c. Grau de disponibilidade do serviço ao nível da receção e metodologia para a sua fixação e verificação

Registamos o matizar de posição do regulador, quanto á relevância dos fenómenos atmosféricos na propagação radioelétrica, nomeadamente, face a anteriores comunicações, nomeadamente: “Muito embora constituísse obrigação da PTC, no âmbito do DUF que lhe está atribuído, proceder ao planeamento, à implementação da rede e ao despiste deste tipo de anomalia, o ICP-ANACOM de imediato levou a efeito diversas ações no terreno, de modo a identificar as causas que pudessem estar na origem daquela falta de sinal na rede TDT, tendo constatado que a perda de receção de sinal de televisão tinha ocorrido em simultâneo com o aumento súbito da temperatura, facto que se começou a registar a partir do referido dia 10 de maio e que terá levado a uma alteração substancial das condições de propagação, o que, tudo indicava, tinha provocado um aumento significativo das situações de auto interferência na rede. Tal constituiu para o ICP-ANACOM motivo da maior

preocupação uma vez que significava que a rede de TDT não estava preparada para suportar as circunstâncias normais e expectáveis inerentes ao seu desempenho, o que só foi percecionável em toda a sua extensão após a migração massiva da população para a tecnologia digital.”

“...o ICP-ANACOM não pode deixar de referir que estes fenómenos são conhecidos e sempre se fizeram sentir todos os anos.” (ambos *in*: “Consulta pública sobre os cenários de evolução da rede de Televisão Digital Terrestre”, ICP-ANACOM, de 18 janeiro de 2013)

Mais se deve referir que não será razoável presumir que a PTC, historicamente o maior operador de redes radioelétricas nacional, desconhecesse este tipo de fenómenos no território nacional, e o potencial impacto de “extrema gravidade e absolutamente inaceitável quer porque o acesso livre ao serviço de televisão em causa é um direito dos cidadãos, quer porque poderia configurar um afastamento da PTC relativamente às obrigações e compromissos constantes do DUF que lhe foi atribuído” (no documento supra citado).

Perante o cenário de inquestionável urgência que levou á emissão de uma licença temporária em Maio de 2012, entendeu o ICP-ANACOM permitir uma implementação, tão imediata quanto possível, de uma proposta de solução apresentada pela PTC. Esta decisão não desonerava a PTC de proceder á contínua otimização da rede já instalada. A licença temporária de utilização de frequências foi renovada e posteriormente tornada definitiva, como melhor forma de salvaguardar os utilizadores dos problemas existentes. A solução não contemplava distinção de melhor ou pior funcionamento face a condições atmosféricas, era para funcionar e responder às condições que a tornaram necessária.

Por tudo o que acima se refere, não entendemos a formulação apresentada no presente projeto de decisão para a criação de um critério de qualidade DUAL, “Verão/Inverno”. Após as correções impostas, e que em caso algum acolheram esta distinção, como se pode entender esta formulação por parte do ICP-ANACOM, se

atendermos à sua atuação no processo de licenciamento temporário, convertido em definitivo? Com origem na constatação de (*sic*) “a rede de TDT não estava preparada para suportar as circunstâncias normais e expectáveis inerentes ao seu desempenho” face a “fenómenos (são) conhecidos e sempre se fizeram sentir todos os anos.” Tão grande urgência e firmeza de posições anteriores acabam plasmados no presente documento como uma banalidade cíclica, como as estações, e independente das alterações climáticas. Estes fenómenos raros não se verificam no inverno, ou a verificarem-se, aplicar-se-á a qualidade de “verão”? O critério de qualidade deve ser uno e constante na forma como é determinado.

Entendemos ainda que:

- A determinação do limite de 1% de indisponibilidade do serviço e o período de tempo em que esta percentagem se verifica, carece de fundamentação sólida no presente documento. Não é utilizado ou referido qualquer valor de *benchmark* internacional, para serviço similar ou equivalente, ou na sua ausência, sequer são considerados valores referência utilizados para aferição da continuidade da prestação de serviços em serviços públicos essenciais, como por exemplo a eletricidade.
- Aliás, a percentagem apontada afigura-se, à primeira vista, demasiado elevada: equivale a aceitar como normal (considerando a medição em 2 dias), que durante 3h num dia (será o equivalente ao funcionamento de uma tv das 20h às 23h), possam existir interrupções/congelamento de imagem de 10 segundos a cada minuto. Isto poderia suceder a cada dois dias.
- Ao optar por um determinado valor deve existir, complementarmente, um critério muito mais restritivo que impeça que a quebra de serviço se possa repetir sucessiva e indefinidamente, embora que respeitando a unidade de x% de indisponibilidade por intervalo de tempo. Não será admissível, ou sequer possível de rotular de qualidade, um serviço que semana após semana revele o

comportamento acima descrito, embora o mesmo possa estar, de facto, dentro dos parâmetros originalmente propostos.

O ICP-ANACOM mais do que reservar-se o direito de publicar relatórios de aferição da qualidade de serviço disponibilizada, deveria desde já comprometer-se com a periódica publicação dos resultados desta monitorização.

Com a operacionalização prevista de uma rede fixa de monitorização, a disponibilização da informação e medidas corretivas exercidas face à mesma é de importância primordial na transparência de atuação nesta área. Algo que atualmente apresenta uma visibilidade extraordinariamente reduzida, pois esta informação está vertida em documentação avulsa e não agregada a nível nacional.

III – Deliberação

Pelo mencionado anteriormente:

- Apresentamos fortes reservas face ao ponto 1.1, nomeadamente a forma e base como foi definida a cobertura por concelho e a evidente perda de oportunidade na aceitação de valores de cobertura digital terrestre inferiores a 40%, e mesmo 20%, sem qualquer iniciativa que vise minorar o efeito deste facto.
- Não aceitamos, no ponto 1.3, o critério de qualidade tal como apresentado, por aceitar implicitamente que a rede não se encontra estabilizada, ao fim de todos estes anos, para responder a condições de operação normais.
- Adicionalmente, e para o mesmo ponto 1.3, não se nos afigura aceitável, a percentagem definida como razoável como limiar de qualidade, para um serviço de acesso livre de televisão em continuidade.

- Na deliberação do ICP-ANACOM de 16 de maio de 2013, não existe qualquer menção à possibilidade de a PTC poder proceder ao reforço da cobertura de rede SFN para colmatar problemas de qualidade de receção. Mais, face ao processo de evolução da TDT na mencionada deliberação, não faz qualquer sentido, mais uma vez, prever que se procedam a reforços numa tipologia de rede que não terá futuro como atualmente existe (está preconizada e definida a evolução para uma rede MFN de SFN). Deve manter-se na íntegra o descrito no ponto 4 da referida deliberação, com devida atualização face aos critérios de qualidade a serem implementados: “A instalação de emissores “principais” nas adjudicações do mapa constante do anexo 1 deve ser abreviada relativamente ao previsto no anterior número 3.1., suportando a PTC os custos a que haja lugar, caso se antecipe ou assim que se verifique que a rede em funcionamento não apresenta a estabilidade necessária à oferta do serviço com os níveis de qualidade constantes da Recomendação ITU-R BT.1735-1 e suas revisões futuras.”
- Finalmente, a nosso ver, caso as condições a serem impostas na prestação do serviço de radiodifusão por via terrestre, venham a alterar ou ter impacto no atual mapa de cobertura, as respetivas consequências terão de ser analisadas e, acima de tudo, comunicado, de forma clara e eficaz à população. Os consumidores que estão em zonas atualmente indicadas como sendo de cobertura terrestre e vejam essa informação alterada agora, devem obviamente, além de informados, ser indemnizados. Este ponto merece maior atenção e clarificação no presente projeto de decisão, onde é somente referido: “Para além da atualização, sempre que se justifique, da informação no *site* da TDT (<http://tdt.telecom.pt>) respeitante à indicação do emissor best-server, a PTC, está obrigada a assegurar a informação a todos os utilizadores finais afetados, de acordo com a proposta apresentada e sujeita a validação do ICP-ANACOM, assumindo a PTC integralmente os encargos adicionais em que aqueles virem a incorrer, nomeadamente na reorientação das antenas de receção.”



O exemplo fornecido, reorientação das antenas, não é sequer a situação mais grave que poderá suceder. Uma alteração significativa do mapa de cobertura (ao integrar os critérios de qualidade) deve também proteger os consumidores a quem tenha sido indicado, indevidamente, um determinado tipo de cobertura durante este largo período de tempo.